

O Reino Sagrado da Desinformação: novo especial da Gênero e Número explica o Brasil que acredita na ideologia de gênero

Com jornalismo de dados, análise de redes e análise semântica, as oito reportagens e gráficos de redes narram o avanço da ideologia de gênero no país, jogando luz sobre cada uma das cinco regiões do Brasil; entrevista exclusiva com a filósofa Judith Butler integra o especial

O que leva parte do Brasil a acreditar que a suposta “ideologia de gênero” é a grande ameaça à família brasileira e ao currículo escolar? Para responder a esta pergunta, a **Gênero e Número** lança hoje, 27 de agosto, **o Reino Sagrado da Desinformação**, um especial de jornalismo de dados que converge pesquisa aplicada, análise de rede e produção de narrativas jornalísticas para explicar o fenômeno da ideologia de gênero no Brasil de 2019.

São sete reportagens e uma entrevista: [“A palavra”](#), [“A origem”](#) (sobre a região Norte, trata da chegada e a expansão da Assembleia de Deus no Brasil), [“Submissão”](#) (sobre a região Nordeste, aborda o discurso da superioridade masculina), [“Concessões”](#) (sobre a região Centro-Oeste, trata dos pactos firmados desde o Governo Lula), [“o Show de Joice”](#) (sobre a região Sudeste, mostra uma das principais personagens do conservadorismo político do cenário atual), [“O País Paraná”](#) (sobre a região Sul, mostra como o estado da Lava-Jato ganhou a centralidade na pauta política), [“Prosperidade”](#) (sobre a Teoria da Prosperidade, trata do suporte teórico dos neopentecostais) e trazemos ainda uma [entrevista exclusiva com a filósofa Judith Butler](#). Um material inédito e completo.

Um gráfico de rede com mais de 80 atores dos campos da política, da mídia e da religião reúnem o núcleo duro da “ideologia de gênero” no Twitter no país e mostram as palavras mais presentes no vocabulário que usam na plataforma: <http://www.reinodadesinformacao.com.br>

A publicação é interdisciplinar e contou com jornalistas, cientistas de dados, cientistas sociais e designers.

Na plataforma digital, usuários/as encontram visualizações interativas e longas reportagens para contextualizar o Brasil de 2019, **levando em consideração as conexões entre mídia, igreja e política nos últimos 30 anos no país, explicadas por pesquisadores de diferentes regiões do país e também por protagonistas dessa história complexa.**

Desinformação

A desinformação na estratégia política, afinal, o que é? É boato ou informação falsa que ganha o mundo em compartilhamentos a partir de um aparato midiático? Seria mais simples se fosse apenas isso. Mas é bem mais complexo. A sofisticação da desinformação está na rede de conexões construída por atores de diferentes campos, na disputa pelo sentido das palavras e ainda na capacidade de midiaticizar o discurso. Vale para qualquer espectro político, do mais conservador ao mais progressista. No **Reino Sagrado da Desinformação** narramos o contexto atual da política brasileira tendo ao centro a grande questão de gênero e com foco nos atores de direita.

A Gênero e Número apresenta neste especial parte do ecossistema que sustenta o pânico moral, que é fenômeno da campanha e do governo Bolsonaro, mas que não seria possível sem apoio neopentecostal e católico, sem uma frente ultraconservadora no Congresso Nacional e sem um aparato de mídia que dá vazão às narrativas da extrema-direita. Entenda e visualize, em textos, dados e imagens, como foi possível chegarmos até aqui.

Acesse e boa leitura: <http://www.reinodadesinformacao.com.br/>

Gestantes com zika vírus sofrem com falta de informações

Bruna Gonçalves analisa cobertura midiática e posições a respeito do aborto durante epidemia do zika vírus no Brasil

(Jornal da USP, 30/07/2019 - acesse no site de origem)

A associação entre a manifestação do zika vírus em gestantes e o desenvolvimento de microcefalia nos bebês foi confirmada pelo Ministério da Saúde em 2015, período no qual o Brasil passava por uma grave epidemia da doença. A região Nordeste foi a mais afetada, e o vírus era relacionado a situações de pobreza, falta de saneamento e saúde básica de algumas localidades. Uma pesquisa da USP analisou a cobertura jornalística do caso e concluiu que a mídia deixou muitas lacunas e não cumpriu com seu papel fundamental de levar informação e conhecimento para as pessoas que precisavam, principalmente para mulheres grávidas afetadas pela doença. Foi sobre esse assunto que o Jornal da USP no Ar conversou com Bruna Gonçalves, pesquisadora da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP e participante do Laboratório de Saúde Mental Coletiva do Departamento de Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade (Lamasec).

Bruna realizou um mapeamento de jornais de grande circulação e concluiu que o discurso das mulheres nas reportagens não teve prioridade, além de um esquecimento gradativo do assunto no País. A propagação do medo do zika foi muito maior do que a divulgação de informações sobre contracepção eficaz e diagnóstico da doença durante a época da epidemia, o que contribuiu para o aumento da demanda por informações, principalmente por parte de movimentos sociais. “Com a descoberta da relação entre o vírus zika e o desenvolvimento de microcefalia em crianças, movimentos feministas foram retomando o debate sobre o aborto, que já existia no Brasil, mas dessa vez focados em mulheres infectadas. O grande motivo disso é que passar por uma gestação nesse contexto acarreta um sofrimento psíquico, e também ocorre a dificuldade de acesso a serviços de saúde especializados. Em minha pesquisa, foquei na questão de como esse debate sobre o aborto relacionado ao vírus apareceu nos principais veículos de comunicação.”

Os resultados obtidos no estudo passaram por análise baseada em algumas categorias, definidas pelo tipo de abordagem. “Foquei nos discursos sobre microcefalia, o medo do zika, o controle da contracepção das mulheres - que foi algo muito disseminado na época - e em como

movimentos sociais, grupos religiosos e autoridades governamentais se posicionaram no debate sobre aborto nesses casos.” A especialista chegou à conclusão de que “os veículos priorizaram as vozes de especialistas e pesquisadores, mas as mulheres, as principais interessadas na questão, quase não apareceram nas notícias. Os jornais focavam muito na questão polêmica do aborto e não forneciam informações necessárias para o verdadeiro público-alvo, contribuindo para um cenário em que já existia sofrimento por conta de diagnósticos tardios das síndromes provocadas pela doença. O contexto de incertezas e as consequências na saúde mental das gestantes, como o desenvolvimento de quadros de ansiedade e dificuldades posteriores no cuidado materno, não eram considerados”.

Em suma, a fala das mães que fizeram a opção pela interrupção da gravidez, ou que estavam grávidas e infectadas, além das que têm filhos portadores de microcefalia ou da síndrome congênita do zika, não foi priorizada pelos veículos midiáticos. Hoje, o debate sobre a legalidade do aborto nesses casos aumentou em toda a América Latina, dentro e fora da comunidade científica, ainda mais com a notificação da situação de emergência pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Especificamente no Brasil, a ilegalidade do aborto está sendo discutida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de número 5.581, proposta pela Associação Nacional de Defensores Públicos. “Essa ADI envolve alguns pontos como o acesso ao diagnóstico da doença, ao benefício de prestação continuada, ao tratamento para as crianças com a síndrome congênita do zika e também a discussão sobre o direito à interrupção da gestação para as mulheres infectadas e que estejam passando por esse sofrimento psíquico”, conta a pesquisadora. Essa proposta está correndo no STF e seu julgamento foi adiado.

Por Laura Alegre

97% das mulheres dizem já ter sido vítima de assédio no transporte público e privado no Brasil, diz pesquisa

Quase todas as mulheres já passaram por cantadas indesejadas, receberam comentários de cunho sexual, entre outros, no transporte público, por aplicativo ou em táxis, segundo levantamento do Instituto Locomotiva e Instituto Patrícia Galvão.

(G1, 18/06/2019 - acesse no site de origem)

Quase todas as brasileiras com mais de 18 anos (97%) afirmaram que já passaram por situações de assédio sexual no transporte público, por aplicativo ou em táxis, segundo pesquisa inédita obtida pelo G1 dos institutos Patrícia Galvão e Locomotiva, com apoio da Uber.

“É um número muito forte. Esse é o cotidiano da vida das mulheres, a pura expressão do que acontece”, disse Jacira Melo, diretora-executiva do Instituto Patrícia Galvão.

Os institutos entrevistaram 1.081 mulheres em fevereiro deste ano que utilizaram transporte público ou privado nos 3 meses anteriores à data do início do estudo.

O alto índice percentual vem à tona quando os entrevistadores questionaram se as mulheres já passaram por casos de assédios classificados pelas principais queixas das mulheres. Quando as dinâmicas são expostas, quase todas as mulheres responderam que já passaram por ao menos uma dessas situações, como olhares insistentes (41%) no transporte coletivo, (10%) no transporte por aplicativo e (11%) no táxi, cantadas indesejadas (33%) no coletivo e 9% nos aplicativos e táxis (veja tabela abaixo).

Situações de assédio nos meios de transporte

Para 72% das mulheres, o tempo para chegar ao trabalho influencia na decisão de aceitar ou ficar em emprego

Meios de transporte:



Transporte coletivo



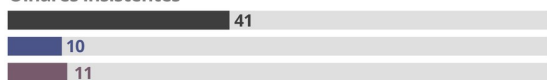
Aplicativo



Táxi

Em %

Olhares insistentes



Cantadas indesejadas



Comentários de cunho sexual



Ser encoxada



Passarem mão no corpo



Gestos obscenos



Ser seguida



Mensagens inoportunas por aplicativo



Se masturbarem



Exibir partes íntimas



Estupro



Ser fotografada



Beijada à força



Situações de assédio no transporte público e privado (Foto: Guilherme Gomes/Arte G1)

“O homem fica olhando para ela, que fica com medo e troca de lugar, mas não percebe que foi vítima de assédio. Explicitamos algumas situações para conseguir ver como as mulheres são assediadas no meio de transporte”, disse Maíra Saruê, diretora de pesquisa do Instituto Locomotiva.

A maioria das mulheres (71%) também afirmou conhecer alguma mulher que já sofreu assédio em espaço público, segundo o levantamento.

De acordo com a pesquisa, para 72% das mulheres, o tempo para chegar ao trabalho influencia na decisão de aceitar ou ficar em um emprego. Segundo dados da PNAD contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), das 92 milhões de brasileiras adultas, 40 milhões trabalham, 8 milhões estudam, 33 milhões foram a bares no último mês e 82 milhões fizeram compras em supermercados.

Apesar de tantos deslocamentos, 46% das mulheres não se sentem confiantes para usar meios de transporte sem sofrer assédio.

“O assédio sexual nos meios de transporte é sabido e conhecido por todos, mas ainda pouco abordado, como se fosse algo de menor importância. As mulheres enfrentam encoxadas, ejaculação na roupa e nas pernas, são expostas a violência pesada, que fere o direito de ir e vir”, afirma Jacira.



Jovem relata importunação sexual em trem da CPTM (Foto: Reprodução/Redes Sociais)

As mulheres entrevistadas disseram que o transporte por aplicativo é o meio de transporte mais associado à facilidade de denúncia por assédio: 55%, contra 21% no transporte coletivo e 6% no táxi. Para 18% das mulheres nenhum dos meios de transporte facilita uma denúncia.

“Pelo aplicativo, há uma empresa por trás, que tem o registro daquela pessoa, que consegue ser localizada. Mais fácil denunciar e ter algum tipo de punição para o agressor. No transporte público, a pessoa vai embora e some pela cidade”, diz Maíra.

Em um dos poucos casos de punição, [um vídeo, gravado por uma passageira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos \(CPTM\) de São Paulo, em fevereiro deste ano](#), mostrou o momento em que um homem é detido por ejacular em uma jovem, de 22 anos. As imagens, que foram distorcidas para a preservação da vítima, foram gravadas no dia 6 de fevereiro, na estação Hebraica-Rebouças, da Linha 9-Esmeralda, em São Paulo.

A jovem, que não quer se identificar, conta que estava a caminho do trabalho, na Vila Olímpia, Zona Sul da cidade de São Paulo, quando percebeu que um homem fazia movimentos estranhos atrás dela. “Eu percebi que tinha alguém atrás de mim, mas não tinha o que fazer, porque o trem estava muito lotado. Eu fiquei incomodada com a movimentação, mas eu não entendi o que estava acontecendo.”

Segundo a estagiária de direito, ele segurava duas sacolas e tampava parte do seu corpo. “De repente, eu senti um líquido quente invadindo a minha calça e quando eu senti, eu entendi o que estava acontecendo. Virei, empurrei ele e ele estava com o membro para fora da calça. Estava todo sujo e tentou cobrir com a camiseta.”

As mulheres disseram que no transporte por aplicativo, há mais chances de os homens serem punidos (45%), 27% no transporte público coletivo, 22% em nenhum dos meios de transporte e 6% nos táxis.

Apesar disso, Jacira diz que o risco da mulher em um carro sozinha com um homem é grande.

“Você tem a placa do carro, em muitos casos, o nome do motorista. Mas convenhamos. O risco que a mulher corre dentro do carro onde o motorista tem todo o controle e ir para um caminho que ela não conhece, a coloca em um risco bastante elevado. Parto da máxima que não é aceitável nenhum tipo de violência em um transporte por aplicativo”, diz.

“As empresas precisam ter rigor na seleção dos motorista, dar cursos, etc. Criar mecanismo para as mulheres ficarem mais seguras e a fazerem denúncias. Elas têm condições de evitar o assédio e o estupro de forma muito mais eficaz do que no transporte público”, completa.

Apesar de ocorrer bem menos situações de assédio nos transportes por aplicativo, apenas nesse meio de transporte, mulheres disseram que foram estupradas (1%).

No entanto, 3 em cada 4 usuárias disseram que se sentem seguras usando transporte por aplicativo (75%), contra 67% nos táxis e 26% no transporte público.

Importunação sexual

Pela lei sancionada em setembro de 2018, fica caracterizado como importunação sexual o ato libidinoso praticado contra alguém, sem autorização, a fim de satisfazer desejo próprio ou de terceiro. A pena prevista é de um a cinco anos de cadeia.

A proposta ganhou força quando foram registrados casos de homens que se masturbaram e ejacularam em mulheres em ônibus.

O texto sancionado também torna crime a divulgação, por qualquer meio, vídeo e foto de cena de sexo ou nudez ou pornografia sem o consentimento da vítima, além da divulgação de cenas de estupro.

A lei aumenta a pena em até dois terços se o crime for praticado por pessoa que mantém ou tenha mantido relação íntima afetiva com a vítima, como namorado, namorada, marido ou esposa. A intenção é evitar casos conhecidos como pornografia de vingança.

Cíntia Acayaba e Léo Arcoverde

Viver em São Paulo: Direitos LGBTQI+ - São Paulo/SP, 18/06/2019

Paulistanas e paulistanos são favoráveis a criminalização da LGBTfobia? A administração municipal tem feito muito, pouco ou nada para combater a violência contra a população LGBTQI+?

Estas questões fazem parte da pesquisa “Viver em São Paulo: Direitos LGBTQI+”, realizada pela Rede Nossa São Paulo em parceria com o Ibope Inteligência. O levantamento, que traz dados sobre a percepção de paulistanas e paulistanos em relação à vida das populações LGBTQI+ na cidade de São Paulo, será apresentado às 10h do dia 18 de junho, no Sesc Avenida Paulista.

O evento acontece no dia 18 de junho às 10h no Sesc Av. Paulista.

[Faça sua inscrição aqui](#)

O evento contará com a apresentação dos resultados da pesquisa realizada em 2019, com debate entre especialistas, além de uma intervenção cultural.

Participações confirmadas:

Fernanda Gomes de Almeida - assistente social, trabalhadora do NPJ (Núcleo de Proteção Jurídico social e apoio psicológico), integrante da Coletiva Luana Barbosa, Coletiva Brejo da Sul, Samba Negras em Marcha e Siga Bem Caminhoneira.

Intervenção cultural: Bloco Siga Bem Caminhoneira

Mulher trabalha quase dobro de horas que homem nos afazeres domésticos

As mulheres brasileiras ainda trabalham quase o dobro de horas que os homens nos afazeres domésticos e cuidados de parentes, segundo os dados da publicação Outras Formas de Trabalho 2018, com base em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

[\(Universa, 26/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Enquanto as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas semanais a afazeres ou cuidados de parentes, os homens só empenharam 10,9 horas nesse tipo de tarefa.

Se somadas as jornadas de trabalho mais as tarefas domésticas e cuidado de pessoas, as mulheres trabalharam 3,1 horas a mais do que os homens: elas somam 53,3 horas semanais de trabalho, enquanto os homens trabalham 50,2 horas semanais.

“É importante como trabalho para as mulheres, mas também para o PIB Produto Interno Bruto. Isso tudo é produto, esse trabalho tem que ser valorado, é importante”, defendeu Marina Aguas, analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE, acrescentando que a contabilização desse tipo de trabalho no cálculo do PIB ainda está em estudo no instituto, sem previsão para ser incluído nas Contas Nacionais.

As mulheres ainda foram maioria nos cuidados com a casa: 145,1 milhões de pessoas com 14 anos ou mais de idade realizaram afazeres domésticos no ano passado, sendo 68 milhões de homens e 82,1 milhões de mulheres.

“Há um fenômeno estrutural, que é as mulheres fazerem mais afazeres domésticos que os homens. A taxa de participação dos homens até vem caminhando um pouco no sentido de melhorar, mas ainda é um problema estrutural no nosso País”, explicou.

Apesar da diferença, houve melhora na atuação masculina nas tarefas domésticas nos últimos dois anos. Em relação a 2016, mais 11,1 milhões de homens passaram a participar também dos cuidados com a casa. Entre as mulheres, mais 4,1 milhões declararam fazer algum tipo de tarefa doméstica.

Como consequência, a taxa de realização de afazeres domésticos das mulheres (92,2%) permaneceu superior à dos homens (78,2%). Mas essa diferença, hoje de 14 pontos percentuais, era maior em 2016 (17,9 pontos percentuais) e em 2017 (15,3 pontos percentuais).

“Quando o homem mora sozinho, ele tem perfil muito parecido com o da mulher. O perfil da mulher não muda, ela sempre faz (tarefa doméstica), sozinha ou acompanhada. O homem, quando tem alguém para compartilhar (o domicílio), ele faz menos tarefas domésticas”, ressaltou Aguas.

Entre as atividades domésticas, a taxa das mulheres foi significativamente maior que a dos homens no preparo de alimentos, limpeza de roupas e calçados e limpeza do domicílio. A única

atividade em que os homens superaram as mulheres foi a de pequenos reparos ou manutenção do domicílio, automóvel e eletrodomésticos.

Em 2018, 54 milhões de brasileiros a partir de 14 anos de idade tinham a tarefa de cuidar de alguém da casa ou da família, como crianças e idosos. Mais uma vez as mulheres foram maioria entre os cuidadores, com uma taxa de cuidado de pessoas de 37%, contra 26,1% entre os homens. Entre os cuidados estavam ajudar nas atividades educacionais, monitorar ou fazer companhia, ler ou brincar, ajudar nos cuidados pessoais, e transportar ou acompanhar a médico e escola, por exemplo.

Em todo o País, 147,5 milhões de pessoas com 14 anos ou mais de idade realizaram afazeres domésticos ou cuidaram de pessoas no próprio domicílio ou na casa de parentes. O montante corresponde a 87% da população em idade de trabalhar, lembrou o IBGE.

O IBGE mediu ainda o trabalho voluntário, que teve ligeira redução na adesão em relação a 2017. Entre as pessoas com 14 anos ou mais, 7,2 milhões, ou 4,3%, fizeram trabalho voluntário na semana de referência da pesquisa, contra uma participação de 4,4% no ano anterior.

O tempo médio dedicado ao trabalho voluntário era de 6,5 horas semanais no ano passado. Do total de voluntários, 48,4% realizavam o voluntariado quatro ou mais vezes por mês, enquanto 15,6% o faziam apenas eventualmente ou sem frequência definida.

Outro tipo de trabalho medido pela pesquisa foi a produção para o próprio consumo, realizada por 13 milhões de pessoas em idade de trabalhar no ano de 2018, o equivalente a 7,7% da população nessa faixa etária. Houve aumento na proporção de pessoas produzindo para si mesmas em relação a 2017 (quando totalizava 7,3%) e a 2016 (6,3%).

A adesão ao trabalho para o próprio consumo era maior entre os homens (8,4% deles), entre pessoas não ocupadas (8,7% da população sem trabalho) e entre os brasileiros menos escolarizados (13,2% das pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto).

A maior parte dos que produzem para o próprio consumo (76,7%) realiza cultivo de alimentos, pesca, caça e criação de animais.

Daniela Amorim

Feminismo é mais bem avaliado entre homens que entre mulheres, diz Datafolha

Para pesquisadores, visão estereotipada dificulta identificação; Datafolha mostra apoio a questões de igualdade entre sexos

A avaliação do feminismo é mais positiva entre os homens que entre as mulheres brasileiras, mostra pesquisa Datafolha. Para 48% deles, o feminismo traz mais benefícios que prejuízos às mulheres, enquanto 41% vêem mais prejuízo que benefício.

Entre as mulheres, há empate técnico: 43% dizem que há mais benefícios e 41%, mais prejuízos. Quase metade dos homens (49%) vê mais benefícios para a sociedade, e 41% têm opinião inversa. Entre as mulheres, 45% acham que há mais benefícios e 38% mais prejuízos.

A pesquisa ouviu 2.086 brasileiros com 16 anos ou mais (1.095 mulheres e 991 homens), em 130 municípios de todo o país, nos dias 2 e 3 de abril. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

A parcela de homens que apoiam o feminismo também supera a de mulheres que se consideram feministas. Eles são maioria (52%); elas, minoria (39%).

Independentemente da afinidade com o feminismo, mais de dois terços do total concordam com teses feministas como a de que o espaço ocupado por mulheres na política hoje é menor que o suficiente.

Em fevereiro, 86% discordaram da ideia de que mulheres devem se dedicar só à casa e aos filhos, e 64% concordaram que elas ganham salário menor simplesmente por serem mulheres, mostrou pesquisa Datafolha feita com a mesma metodologia, em parceria com a ONG Oxfam Brasil.

Se há apoio majoritário a causas feministas, por que a identificação com o feminismo não é equivalente?

“A palavra vem carregada de estereótipos, e o avanço do conservadorismo cria barreiras para que as pessoas se reconheçam como feministas”, diz Marina Ganzarolli, presidente da comissão de diversidade sexual da OAB-SP.

Mas ela vê avanços na aceitação de ideias feministas. “Termos como cultura do estupro agora fazem parte do debate.” É justamente porque o feminismo conseguiu tornar legítimas questões de [igualdade entre os sexos](#) que há reação, tentando associá-lo a algo contra valores, família e maternidade, opina a professora de ciência política da UnB Flávia Biroli. “É uma caricatura, mas que tem efeito grande em alguns segmentos.”

A imagem estereotipada de que feministas não se depilam, não se maquiavam nem gostam de homens faz com que o termo atraia menos mulheres mais pobres —fenômeno que aparece também na pesquisa Datafolha—, escreveu a pesquisadora do King’s College Christina Scharff.

Em pesquisas na Alemanha e na Grã-Bretanha, mulheres afirmaram rejeitar o termo feminista por sua conotação de ódio aos homens, lesbianismo ou falta de feminilidade. Ainda que haja feministas que tratam homens como inimigos, essa oposição não é consenso nem majoritária.

“Assim como há muitos feminismos, existem [muitas masculinidades](#), e só uma é tóxica: a que parte do pressuposto de que o homem tem que ser bruto e agressivo. Em vez de precisar trabalhar só com a garota vítima de estupro, quero trabalhar com o garoto sobre o que é consentimento. Precisamos envolver cada vez mais os homens nessa conversa”, diz Marina.

Nem sempre é fácil, porém. Alguns autores defendem que, como eles não vivem a opressão das mulheres, não podem ser chamados de feministas, mas de pró-feministas.

Coautor de estudo sobre o tema, o professor de psicologia da Universidade Federal de

Pernambuco Benedito Medrado atribui às mulheres o impulso para questionamentos masculinos recentes. “Ao rever o lugar das mulheres, o feminismo nos colocou a pensar onde estamos na vida familiar e na vida pública”, diz.

No estudo, os pesquisadores (dois homens e uma mulher) defendem que, se “mulher” é construção social, homens podem ocupar esse lugar, “abrindo outros horizontes de negociação, sem abster-se do conflito que esse trânsito pode provocar ou intensificar”.

A parcela de brasileiras que afirma ser feminista é minoritária (38%), mas comparável aos 34% das britânicas que responderam ao instituto YouGov no ano passado.

Considerando ambos os gêneros, disseram-se feministas 8% dos alemães, 17% dos finlandeses, 22% dos dinamarqueses, 33% dos franceses e 40% dos holandeses. Nos EUA, só 10% dos homens e 20% das mulheres de 18 a 35 anos (os chamados millennials) se identificavam como feministas em pesquisa da Universidade de Chicago.

Já no Brasil, tanto feministas assumidas como homens apoiadores são mais frequentes entre os mais jovens. De cada 10 brasileiros entre 16 e 24 anos, 6 veem mais benefícios que prejuízos às mulheres e à sociedade em geral.

Nas mulheres entre 16 e 24 anos, há empate entre as que se consideram feministas e as que não se consideram: 47% a 48%. A vantagem é de 54% a 41% entre as estudantes. Também há apoio maior entre os mais ricos. Em parte, isso se deve ao fato de que há vários feminismos, e suas conquistas não atingem de forma uniforme todas as mulheres, observa a especialista em direito do trabalho Regina Stela Corrêa Vieira, pesquisadora do Cebrap.

Há ganho evidente em profissões de nível superior e [em empresas](#) mais internacionalizadas, e mais desigualdade e injustiça maiores em serviços menos qualificados, diz ela.

Mulheres negras têm também pautas específicas, afirma Natália Neris, doutoranda na USP. “Enquanto as brancas lutaram por acesso ao mercado de trabalho, as negras trabalham desde que chegaram ao Brasil para serem escravizadas. [Diferenças salariais](#) são mais desproporcionais, a violência é maior e as negras são mais vítimas de feminicídios”, diz ela.

O Datafolha mostra que a avaliação de que o feminismo traz benefícios é mais frequente entre negras (pretas e pardas) que entre as brancas. A diferença aparece também no discurso, diz Regina. “O feminismo de Hollywood é preocupado com valores que não dialogam com os de uma empregada doméstica, que até 2013 não tinha jornada de trabalho limitada.”

Ainda que com causas diferentes, o tema ganhou espaço ao ser estampado em camisetas da grife Dior, shows da cantora Beyoncé e palestras da atriz Emma Watson, observa Marina Ganzarolli, da OAB-SP. “O feminismo ficou pop, e, ao virar mercadoria, democratizou o que antes estava encastelado na academia.”

No recorte por religião, a maioria das agnósticas (57%) é feminista assumida. Já entre todos os evangélicos, 47% afirmam que o [feminismo traz mais prejuízos](#) à sociedade (38% veem mais benefícios).

Sob o guarda-chuva evangélico, porém, há muita diversidade, observa a professora da USP

Jacqueline Moraes Teixeira, que estudou questões de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus.

Vertentes consideradas mais progressistas defendem planejamento familiar, vasectomia e legalização do aborto, por exemplo. Mas essa pauta não aparece como feminista e, sim, como modernização da família, ressalta.

Jacqueline acompanhou debates sobre o tema em templos e redes sociais no ano passado e diz que, embora tenha observado um crescimento do conservadorismo, não há consenso definido. A polaridade acentuada da eleição presidencial de 2018 aparece no Datafolha. Eleitores do presidente Jair Bolsonaro (PSL), que critica a chamada “ideologia de gênero” (a ideia de que gêneros são construções sociais), veem mais prejuízos que benefícios para a sociedade (48% a 39%).

A opinião é inversa entre os que votaram em Fernando Haddad (57% veem mais benefícios; 30%, mais prejuízos). A porcentagem de bolsonaristas feministas é 32%, contra 49% das eleitoras de Haddad, e os homens que elegeram o presidente estão divididos (49% apoiam o feminismo e 40% não), enquanto são pró-feminismo 59% dos que votaram em Haddad.

Para Flávia Biroli, da UnB, isso acontece porque o termo feminismo acabou sendo associado apenas a movimentos de esquerda, mesmo que isso não corresponda à realidade.

FEMINISMO?

O que é

Defesa de igualdade social, econômica e política entre homens e mulheres

As pioneiras

Em 1848 nos EUA há a 1ª convenção pelos direitos das mulheres. Sufragistas lutam pelo direito ao voto

Segunda onda

A partir de 1960, surgem três linhas: liberal, que foca espaço nas estruturas de poder; radical, que prega revolução das instituições, e cultural, que critica as outras por ‘masculinizar as mulheres’

Terceira onda

Na virada do século, questiona conceitos de beleza e sexualidade. Defende um contínuo entre feminilidade e masculinidade, onde qualquer um pode entrar

Quarta onda

Assédio sexual, cultura do estupro e movimentos como #metoo se sobressaem

No Brasil hoje

Mulheres são 51,6% da população, 15% do Congresso, 45,6% dos trabalhadores, 26% dos diretores de empresa; Brasil é 85º entre 145 países em ranking de igualdade de gênero do Fórum Econômico Mundial

Seminário Nós e as Desigualdades - São Paulo/SP, 09/04/2019

Em sua segunda edição, a Oxfam Brasil lança em parceria com o Instituto DataFolha uma pesquisa de opinião pública nacional sobre como pensam os brasileiros e brasileiras sobre diversos aspectos relacionados às desigualdades, mobilidade social e políticas públicas - em especial tributação e gastos

O evento é gratuita. Faça sua inscrição [aqui](#).

O seminário Nós e as Desigualdades acontece no dia 9/4, das 13h30 às 19h no Tuca e irá discutir os resultados e implicações dessa pesquisa em dois painéis:

Painel 1: As desigualdades no imaginário brasileiro

À luz da pesquisa Oxfam Brasil/Datafolha, este painel debaterá o imaginário brasileiro sobre as desigualdades. Como as desigualdades são percebidas no Brasil? O que orienta as construções de status na sociedade? Como as discriminações de gênero e raça contribuem para essas construções? O objetivo principal do painel é discutir formas de enfrentar as desigualdades tocando o imaginário das pessoas.

Participantes:

- Flávia Oliveira (jornalista da Globonews e CBN)
- Esther Solano (socióloga e pesquisadora na Unifesp)
- Henry Grazinolli (documentarista e roteirista da Social Docs)
- Mediação: Tauá Pires

Ementa Painel 2: políticas públicas para redução de desigualdades

Brasileiros querem um país mais justo. Demonstrações disso estão colocadas na Constituição Federal, e em reiteradas pesquisas de opinião. No entanto, desde a abertura democrática, progredimos menos do que almejamos em redução de desigualdades, estagnando em alguns momentos. À luz da pesquisa Oxfam Brasil/Datafolha, este painel confrontará as políticas consagradas em termos de redução de desigualdades com as expectativas da população. Quais são as políticas públicas com maior impacto na redução de desigualdades? O que precisamos para expandi-las? O objetivo principal do painel é discutir como avançar em políticas considerando as opiniões dos brasileiros sobre estes temas.

Participantes:

- Luana Passos (economista e pesquisadora na UFMG)
- Marta Arretche (cientista política e pesquisadora na USP e no Cebrap)

- Jailson de Souza e Silva (diretor da Universidade Internacional de Periferias)
 - Mediação: Adriana Couto
-

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

(Agência Brasil, 23/03/2019 - acesse no site de origem)

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), [instituição da OEI](#).

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada *Web of Science*, em português, *web* da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do *ranking*, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esse lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do [Dragões de Garagem](#), criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

Mariana Tokarnia; Edição: Valéria Aguiar

Mais da metade dos LGBT diz ter sofrido violência desde as eleições

Agressões são verbais e físicas; lésbicas e trans são os mais afetados

(Folha de S.Paulo, 20/03/2019 - acesse no site de origem)

Existe uma escalada de violência contra a população LGBT no Brasil desde o período eleitoral do ano passado.

É esta a percepção de 92,5% de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros entrevistados na pesquisa inédita “Violência LGBT+ no período eleitoral e pós-eleitoral”, conduzida pela organização de mídia Gênero e Número e financiada pela Fundação Ford.

Mais da metade dos entrevistados (51%) afirmou ter sofrido algum tipo de violência motivada por sua orientação sexual ou identidade de gênero desde as eleições do ano passado.

“O objetivo da pesquisa era entender como o discurso de ódio, disseminado a partir das eleições, foi percebido pelas pessoas LGBT, e se havia ocorrido uma escalada na violência contra essa população a partir de sua percepção”, explica Giulliana Bianconi, diretora da Gênero e Número.

Segundo ela, o período eleitoral coincide com um aumento do engajamento político da população LGBT, com evidências que vão desde o aumento de candidatos pertencentes a essas minorias no último pleito até o tema político eleito para a Parada do Orgulho LGBT de 2018.

“Este ambiente precisava receber o aporte de dados para qualificar seu debate”, diz ela. A pesquisa da Gênero e Número apontou que, entre as pessoas LGBT entrevistadas que foram alvo de agressões, 94% foram vítimas de violência verbal e 13%, de violência física.

Ao investigar tanto orientação sexual quanto identidade de gênero, ficou evidente quais grupos são os mais vulneráveis: lésbicas e pessoas cuja identidade de gênero não corresponde àquela de nascimento.

“Apesar de sub-representadas na amostra, 76% das travestis, mulheres trans e homens trans que responderam à pesquisa consideraram que a violência contra eles aumentou muito durante as eleições de 2018”, afirma o antropólogo e coordenador da pesquisa, Lucas Bulgarelli.

“A violência contra pessoas LGBT no Brasil já é grande e cotidiana”, diz ele. “Mas houve um crescimento nas denúncias de organizações LGBT a partir do período eleitoral, quando debates morais, com conteúdo de gênero e sexualidade, foram privilegiados.”

Segundo Bulgarelli, boa parte das denúncias surgiram atreladas “a gestos e maneirismos identificados com a campanha do presidente Jair Bolsonaro”

(PSL), como o gesto de armas com as mãos. “Nosso objetivo foi colocar números numa violência que foi muito disputada durante as campanhas.”

Toni Reis, presidente da Aliança Nacional LGBTI, confirma que houve uma explosão de denúncias de violência LGBTfóbica a partir do primeiro turno. “Foi uma loucura. Parece que a homofobia e a transfobia saíram do armário e vieram para as ruas.”

De acordo com Julio Cardia, o ex-coordenador de Promoção dos Direitos LGBT, do Ministério de Direitos Humanos, o Disque 100 recebeu, em outubro no ano passado, 272% mais denúncias de violência LGBTfóbica do que no mesmo período do ano anterior. Foram 330 casos em outubro de 2018 contra 131 no mesmo mês de 2017. Os dados constam de relatório enviado pela coordenadoria para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Os locais apontados pelos entrevistados como de ocorrência dessas agressões foram as ruas e os espaços públicos (83%), os comércios e serviços públicos (46%), e os ambientes familiares (38,5%).

Entre os que sofreram violência, 44% apontou ter sido agredido por alguém desconhecido, enquanto 16% diz ter sido agredido por parentes ou familiares.

O estudo entrevistou 400 pessoas LGBT em São Paulo, Rio e Salvador. Na ausência de dados estatísticos oficiais sobre orientação sexual ou de gênero da população brasileira, não é possível inferir se as informações são representativas do total desse segmento.

A pesquisa aponta ainda as reações daqueles que foram agredidos diante das diferentes violências a que estiveram submetidos.

Enquanto 63% reagiram verbalmente à agressão, 22% fugiram ou se esconderam, 16% buscaram ajuda e 7% reagiram fisicamente, entre outras reações (cada indivíduo pode ter tido uma ou mais reações).

Para Giulliana Bianconi, da Gênero e Número, o dado é indicativo de que essa comunidade hoje está fortalecida. “Existe um ambiente articulado politicamente entre as pessoas LGBTs que possibilita uma interação entre quem está interessado em reivindicar direitos e denunciar violações.”

Fernanda Mena

Maioria das mulheres não denuncia agressor à polícia ou à família, indica pesquisa

Levantamento encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que 52% ficaram caladas

[\(Folha de S.Paulo, 26/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A maioria das mulheres vítimas de [agressão](#) não denuncia o agressor a um órgão oficial e também não procura apoio da família ou de amigos.

Pesquisa realizada pelo Datafolha a pedido do FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), que ouviu 2.084 pessoas em 130 municípios brasileiros, indica que 52% das mulheres que sofreram alguma agressão no último ano ficaram caladas.

O levantamento “Violência Contra as Mulheres”, divulgado nesta terça (26), foi feito nos dias 4 e 5 de fevereiro. Do total de pessoas ouvidas, 1.092 eram mulheres. É a segunda vez que o levantamento é realizado —a primeira foi em 2017.

O índice de mulheres que não denunciam a agressão, contudo, pode ser ainda maior, diz Samira Bueno, diretora executiva do FBSP, já que o percentual de 52% considera o piso da margem de erro nas projeções, de três pontos percentuais.

As mulheres que buscaram um órgão oficial são 22% das vítimas de agressão. A delegacia da mulher foi a instituição mais buscada.

Na hora de pedir ajuda, contudo, as vítimas ainda preferem falar com a família, amigos e membros da igreja que frequentam sobre a [violência](#) sofrida (30% delas).

Uma pesquisa feita pelo Núcleo de Gênero do Ministério Público de São Paulo, divulgada em 2018, também lançou luz sobre a falta de notificação das agressões.

Apenas 5 das 124 vítimas de feminicídio no estado entre março de 2016 e março de 2017 haviam registrado boletim de ocorrência contra o agressor —ou seja, 4% delas.

Após pedir o divórcio, há dois anos, a assistente administrativa Maria (nome fictício), 44, começou a ser perseguida pelo ex-marido, com quem foi casada por 20 anos. A separação foi motivada por seguidas traições e pelo fato de o homem não ajudar nas despesas da casa.

No ano passado, o ex-marido invadiu a sua residência, tentou agarrá-la e a ameaçou com uma faca. Ela não registrou o caso na delegacia.

“Não queria prejudicá-lo. Ele já tinha problema na Justiça por ter agredido a irmã dele. Aí pensei: se eu denuncio, ele vai preso, tenho um filho com ele. Aquelas histórias bestas que toda mulher tem”, afirma. “E, no final, a vítima sempre é culpada. A gente tem medo de ser julgada pelos outros.”

Só registrou ocorrência uma vez, no fim de 2018, quando ele a perseguiu do ponto de ônibus até sua casa e, novamente, tentou agarrá-la.

O processo foi um martírio: ela conta que ficou a noite toda na delegacia e que teve de repetir a história três vezes para os policiais. “Não queriam fazer o boletim. Só fizeram porque tinha uma delegada de plantão e também porque viram que eu não ia sair de lá”, conta.

Maria trocou de celular, para fugir das constantes mensagens e ligações do agressor, e agora só vai da casa para o trabalho e vice-versa.

“Jamais pensei que ele fosse capaz disso. Ele nunca me agrediu no casamento. A gente mora

com o inimigo e não sabe”, diz. “No fundo, eu não sou uma pessoa livre. Me sinto presa dentro de uma gaiola. Não saio para lugar algum com medo de ele me encontrar, de fazer barraco, de me agredir.”

Ela buscou uma entidade que apoia mulheres vítimas de violência e não descarta pedir uma [medida protetiva](#) contra ele como “último recurso”.

Fortalecer a confiança da mulher no poder público é um dos principais desafios a serem enfrentados no país, diz Samira. Para isso, avalia, é preciso melhorar o atendimento prestado nas unidades policiais.

“Todo policial sabe atirar. Também devem saber atender bem uma vítima de violência, não apenas os de unidades especializadas”, afirma.

Também deve haver um investimento em campanhas de conscientização que incentivem as vítimas a denunciar os agressores, diz Samira: “Se a mulher não denunciar, dificilmente o estado será capaz de protegê-la.”

Cerca de 16 milhões de mulheres com mais de 16 anos foram vítimas de algum tipo de violência no último ano, de acordo com a pesquisa encomendada pelo Fórum. As principais vítimas foram mulheres na faixa de 16 a 34 anos (76% dos casos).

Ofensas verbais, ameaças e perseguição foram os incidentes mais comuns.

Os algozes são conhecidos, na maioria dos casos. De 2017 para 2019, o percentual de mulheres que dizem ter sido agredidas por pessoas conhecidas, como companheiros ou ex-companheiros, vizinhos e familiares, aumentou de 61% para 76%. Os crimes ocorrem com mais frequência na casa da vítima (42%).

Foi o caso da empresária [Elaine Caparroz](#), 55, que ficou com o rosto desfigurada após ser espancada por quatro horas dentro de casa pelo estudante de direito Vinícius Batista Serra, 27, que conheceu na internet. O crime ocorreu durante o primeiro encontro deles. Ele está preso e foi indiciado por tentativa de [feminicídio](#).

A mulher recebeu alta do hospital onde estava internada, no Rio de Janeiro, na última sexta-feira (22). Os médicos acreditam que a recuperação dela deve demorar de três a seis meses.

A pesquisa também analisou casos de assédio sexual, que se mantiveram estáveis em dois anos. Uma das constatações foi que as mulheres são mais importunadas em transportes públicos do que na balada —8% relataram ter sido vítimas em coletivos, ante 6% em festas.

“Os números mostram que a mulher está vulnerável tanto no âmbito doméstico quanto no público. Em qual espaço podem se sentir seguras?”, diz Samira.

Júlia Zaremba